

O Céu como Pátria: uma leitura da carta pastoral de 1957 de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa (PR).

Rosângela Wosiack Zulian*

Roger Chartier, ao discutir as práticas de leitura, recorda que em cada sociedade certos discursos se designam pela distância que estabelecem com os discursos e práticas comuns, e que são produzidos e representados em um espaço social específico que tem instituições, hierarquias e apostas próprias. As formas pelas quais se oferecem para a leitura, para a escrita, para a escuta ou para a visão, participam também da construção de sua significação. Alerta para o perigo de se considerar os discursos como se existissem em si mesmos, fora das materialidades que são seus suportes e seus veículos. Determinados textos antigos, por exemplo, “não supõem como destinatário um leitor solitário e silencioso”. São textos investidos de força ritual, pensados como máquinas de produzir efeitos; eles obedecem a leis próprias da *performance*, feitos para serem ditos em voz alta e compartilhados em escuta coletiva (2001:125-128). Podemos pensar as cartas pastorais nessa perspectiva.

Cartas pastorais são documentos do magistério ordinário dos bispos em suas dioceses. Em geral, são construídas em uma estrutura que exige preâmbulo, saudação, encomendações, e um corpo temático que envolve normatizações na administração dos sacramentos, correção dos fiéis e do clero, doutrinação sobre os pontos essenciais da fé, exigências quanto à administração e escrituração paroquial, exortações aos párocos, famílias e professores, ensino do catecismo etc. (LONDOÑO, 2002; ARAÚJO, 1986). O costume de publicá-las foi generalizado no episcopado nacional, instrumentos por excelência para a difusão de um programa e a execução de um projeto. As cartas pastorais representam o bispo junto aos fiéis, tanto ao expressar, através dos suportes simbólicos do texto em sua organização e imagens, as suas preocupações, interesses e determinações, quanto as suas relações com os poderes, o clero, a sociedade. Dessa forma, incorporam tradições, sistemas de valores, formas institucionais, em suma, as imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade. Assim procedeu D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo da diocese de Ponta Grossa, cujo episcopado estendeu-se de 1930 a 1965.

D. Antonio nasceu em 1890, em Santa Felicidade (Paraná). Entrou no Seminário Episcopal de Curitiba em 1905 e foi ordenado em 1914 por D. João Francisco Braga, terceiro bispo da diocese de Curitiba. Ainda um jovem sacerdote, foi vigário cooperador da Catedral

de Curitiba, onde angariou fama de erudição, eloquência na pregação e empenho na direção espiritual da juventude, elementos presentes na documentação trabalhada. Desde a época do seminário, onde entrou em 1905, até 1965, quando renunciou, sua produção foi incessante, voltando-se especialmente à escrita de 36 cartas pastorais publicadas de forma determinada e pontual todo dia 23 de fevereiro, aniversário da ordenação episcopal. As cartas pastorais de D. Antonio Mazzarotto configuram textos canônicos que revelam tanto a universalidade da Igreja Católica quanto a especificidade do endereçamento, ou seja, o clero e os fiéis católicos da diocese de Ponta Grossa, Paraná.

Os bispos, especialistas do campo religioso, deveriam monopolizar as explicações e o sentido dos bens sagrados (BOURDIEU, 2003: 58). Ao explicar a doutrina, exortar a moral e a fé romanizada, destacar o papel da família, ameaçar os desviantes e hereges com o “fogo da danação eterna”, D. Antonio buscou mostrar o caminho da salvação, de forma didática e incisiva. No entanto, um bispo, especialmente escolhido para organizar, administrar e evangelizar um determinado espaço diocesano, e que cumpriu com o que era esperado de um episcopo, não configura algo novo na história da Igreja no Brasil.

Qual teria sido seu diferencial? Para responder a esse questionamento, é necessário desnaturalizar o olhar e tentar percebê-lo além da imagem homogeneizante e bastante veiculada dos bispos integrantes da eclesiologia pré-Vaticano II, mesmo que a fidelidade a esse modelo tenha acompanhado toda a trajetória episcopal. Podemos dizer que D. Antonio foi um bispo exemplar com características singulares. Como o Menocchio, personagem ao mesmo tempo semelhante e diferente dos seus conterrâneos, a singularidade de D. Antonio tinha limites bem precisos: “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai, a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação (GINZBURG, 2006: 20)”.

Bourdieu reflete sobre uma classe de manifestação simbólica que é o discurso de autoridade. Sua eficácia específica deriva do fato de que parece encerrar em si mesma “o princípio de um poder que reside efetivamente nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção”. Esse discurso de autoridade não basta ser *compreendido* (mesmo não sendo, isso não lhe tira o poder), mas é preciso que ele seja *reconhecido* para que possa exercer um efeito próprio. Isso tão somente acontece quando seu pronunciamento é feito por alguém reconhecido por sua habilidade e aptidão, autorizado a fazê-lo porque representa seu uso legítimo, ou seja, produz a disposição ao seu reconhecimento como crença (1998:91).

Esse discurso de autoridade, que organiza e encerra um modo de inteligibilidade é o produto de um lugar, que se define por uma relação da linguagem com o corpo (social)

(CERTEAU, 2002: 33;71;77). Certeau entende por *crença* “não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “modalidade” da afirmação e não o seu conteúdo (1994:278). Para o autor, “o objeto da história religiosa não deve ser buscado em termos de uma localização objetiva [...] nem em termos das motivações [...] mas em termos de uma ordem ou uma organização mental (2002:146)”.

“Em primeiro lugar, é preciso tentar compreender”, diz Certeau, o que significa não simplesmente exprimir a “verdade” do outro, mas uma vontade de compreender *junto*.¹ Ou seja, encontrar na própria informação histórica o que a tornará pensável, mesmo que nessa dinâmica o historiador saiba que o enigma nunca será plenamente resolvido, pois resiste e escapa. A produção discursiva de D. Antonio requeria trabalhar, nos vestígios da sua escrita, as possibilidades de construção dos sentidos de sua organização mental, naquilo que é “indireto, indiciário, conjectural (GINZBURG, 1989:157)”, sugerindo a busca de pistas que permitissem “captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível (1989:150).” Estas possibilidades podem ser capturadas na carta pastoral de D. Antonio Mazzarotto de 1957 e relacionadas com o momento por que passavam o Paraná e o Brasil no contexto de sua escritura.

No Paraná, as elites políticas do período 1930-1945 não eram diferentes das que dominaram o Estado ao longo da República Velha². A política de colaboração entre o Estado e a Igreja no Brasil, construída especialmente entre D. Leme e Vargas, foi igualmente mantida no Paraná durante o arcebispado de D. Attico Eusébio da Rocha pelas relações de amizade com o interventor Manoel Ribas. Quando do falecimento de D. Attico em abril de 1950, assumiu D. Manuel da Silveira D’Elboux, cuja posse, em 8 de dezembro de 1950, foi quase simultânea à do governador eleito Bento Munhoz da Rocha Neto, em janeiro de 1951.

¹ CERTEAU, M. La possession de Loudun. *Apud*. DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 142.

² Foi o caso da oligarquia dos Camargo e dos Munhoz da Rocha que juntos governaram o Paraná de 1916 até a Revolução de 1930. O período 1930-1945 sofreu os efeitos do getulismo, pela concentração política de oficiais gaúchos que fizeram carreira política no Paraná, além da presença de Manoel Ribas, paranaense dos Campos Gerais, mas egresso da política rio-grandense. Sua interventoria, pautada por ligações com os proprietários de terras e comerciantes da região, se estendeu de 1932 a 1945. Manoel Ribas construiu uma estrutura de poder que iria assegurar a permanência daquelas forças políticas a partir do processo de redemocratização do Partido Social Democrático (PSD) na figura de seu herdeiro político Moisés Lupion. Este governou o Paraná por duas gestões: de março de 1947 a janeiro de 1951 e de janeiro de 1956 a janeiro de 1961. No intervalo entre ambas (janeiro de 1951 a abril de 1955) governou Bento Munhoz da Rocha Neto, herdeiro político do Partido Republicano Paranaense e pertencente à oligarquia dos Camargo/Munhoz da Rocha. Bento era vinculado à fração da burguesia industrial, comercial e financeira destituída do poder com a Revolução de 30 e que após o processo de redemocratização passou a expressar-se politicamente na União Democrática Nacional (UDN) mas também, em menor número, no PR (KUNHAVALIK, 2004: 231-232).

Qual o sentido dessas nomeações para a Igreja? Bento Munhoz da Rocha era filho do ex-presidente do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928), “católico exemplar” que empenhou-se na dotação de patrimônio para as novas dioceses criadas no Estado em 1926. Bento era igualmente portador de um *habitus* religioso familiar, com uma história de ligação estreita com a instituição desde a sua formação escolar no Ginásio Diocesano até a participação no Círculo de Estudos Bandeirantes, órgão que congregava os intelectuais católicos paranaenses e vinculado aos programas da Ação Católica.³ Sua formação tomista, o papel como intelectual católico, tanto no ensino universitário como na política estadual, e o discurso anticomunista possibilitaram a manutenção da sintonia entre as instituições no Paraná.

O anticomunismo, sem dúvida, funcionou como uma linguagem comum entre ambos, governador e arcebispo, e reforçou uma afinidade eletiva entre ambas as instituições, do cardinalato no Rio de Janeiro às mais recônditas paróquias do interior do Paraná. Embora reconhecendo que nem toda a culpa dos problemas sociais pudesse ser atribuída ao comunismo, o então cardeal D. Jaime de Barros Câmara (1943-1971) afirmou seu efetivo papel na desagregação das famílias e na decadência da moral e dos costumes e que seria típico do “caldo cultural” comunista explorar a miséria material e moral do povo, agravando as diferenças e promovendo o ódio. O cardeal lançou assim “o grito de defesa nacional: não transigir! Não transigir com os comunistas, pois quem tal fizer, tornar-se-á cúmplice de futuras desgraças em nossa estremecida Pátria (1949:508-509)”.

Num momento em que os discursos sobre a defesa da pátria brasileira contra os avanços do comunismo polarizavam os pronunciamentos da hierarquia da Igreja, D. Antonio publicou, em 1952 e 1957, duas cartas pastorais com o mesmo título, *A Nossa Pátria*⁴.

D. Antonio entendia o céu como Pátria e a terra como local de desterro:

³ Campos, ao estudar o papel do laicato católico na organização do Círculo de Estudos Bandeirantes em Curitiba, ressalta sua ligação com o Centro D. Vital (2002 :67 et seq.). Kunhavalik afirma a vinculação de Bento Munhoz da Rocha ao grupo católico paranaense que combatia o nazismo, o fascismo e o comunismo, e que era uma corrente de apoio, no Estado, ao Centro D. Vital e à revista *A Ordem*. Munhoz da Rocha dirigiu o Círculo por quatro gestões. Era casado com Flora Camargo, filha de Affonso Alves de Camargo. (2004:165-167).

⁴ CARTA PASTORAL. D. Antônio Mazzarotto. “**A Nossa Pátria**”. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1952; CARTA PASTORAL. D. Antônio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957. Apresentam um curioso enigma: por que D. Antônio escreveria duas cartas, embora separadas por 5 anos, praticamente iguais, repetindo o título e o tema? A segunda, mais que uma simples repetição, apresenta uma ampliação dos conceitos anteriormente utilizados. Uma sutil e quase imperceptível diferença no título – a primeira o apresenta entre aspas.

Porque tantos espinhos e abrolhos, porque tantas lágrimas e gemidos? Ah! É que, por causa do pecado, amaldiçoou Deus esta terra, tornando-a um desterro, por onde peregrinamos em demanda da Pátria. Libertados dos males deste exílio e na posse de todos os bens, é que se nos satisfará, na Pátria celeste, esse anseio que nos devora, de sermos felizes e inteiramente felizes. Verdadeira Pátria é o Céu (1957:4).

A idéia de céu foi desdobrada em quatro “denominações alegóricas”, “conceitos vagos e indeterminados” para a concepção humana: *reino, cidade, casa e paraíso*, lugares plurais relacionados a uma realidade futura, através de formas possíveis de percepção. Foi “por meio de imagens e figuras sensíveis” que D. Antonio construiu a idéia de céu, sempre respaldada na Tradição e nos santos e doutores da Igreja⁵. Relacionou o tema às categorias construídas por Roberto Belarmino, referendadas pelas reflexões de outros doutores da Igreja como João Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho, Pedro Crisólogo, Cirilo de Alexandria.

Ele localizou o *reino* “acima das profundas campinas do firmamento, acima da imensa azulada abóboda celeste toda pontilhada e recamada de estrelas [...] região empírea na qual tem seu trono o grande e divino Jesus Cristo e os Príncipes da Côrte celeste (1957:5)”. Quando mencionou a “multiplicidade e diversidade de seus habitantes”, hierarquizou-os de acordo com sua visão de mundo. Este reino seria povoado por incontáveis anjos, em suas nove categorias com suas respectivas funções⁶. Nove também eram as categorias dos santos, habitantes desse reino: patriarcas, profetas, apóstolos, mártires, confessores, pastores e doutores, sacerdotes e levitas, monges e eremitas, santas mulheres (virgens, viúvas ou casadas), que preencheriam os espaços deixados pelos anjos decaídos “pelo grau de seus merecimentos”. “Sociedade de anjos e santos, tão insigne, tão nobre”, por isso “aristocrática”, em que o céu seria um lugar de visão beatífica, de conversas familiares, de eterna felicidade. Lugar de reis, paradoxalmente o céu os congrega sem diferenças, sem competições, sem fraquezas, sem pobreza, sem dor (1957:7-8). Esse reino, na reflexão de D. Antonio, é infinitamente vasto e, pelo alcance da Redenção, teria a possibilidade de incorporar outros habitantes em suas muitas moradas:

Acresce que, entre os muitos astros que brilham nas profundezas do firmamento, há – como pensam com fundamento Sábios católicos – os que são habitados por criaturas racionais, os que o foram ou os que ainda o serão. E como revelou Deus aos Anjos a Incarnação, Paixão e Morte de seu Filho e eles se salvaram ou condenaram, conforme adoraram ou desprezaram o Verbo Humanado, assim a esses habitantes dos globos podia o mesmo Senhor ter-lhes feito a mesma revelação, elevando-os ao estado sobrenatural e destinando-os à bemaventurança infável do Paraíso celeste. Deste modo, já que nos méritos da Cruz há uma força de projeção infinita, mais amplo teria sido o fruto da Redenção e o Sangue do

⁵ São considerados doutores da Igreja aqueles escritores eclesiásticos notáveis pela santidade de sua vida, retidão de sua ortodoxia, erudição eminente e influxo decisivo na vida da Igreja.

⁶ Serafins, querubins, tronos, dominações, virtudes, potestades, principados, arcanjos, anjos.

Divino Cordeiro, que inundou o Calvário, teria jorrado nos misteriosos abismos do espaço. A própria Igreja nos acena com essa verdade e no-la insinua quando, num de seus hinos, reza que o Sangue de Jesus purifica a terra, o mar, os astros, o universo inteiro: “Terra, pontus, astra, mundus quo lavantur flumine”! Assim, além dos Anjos e dos homens, outros habitantes haveria na Pátria bemaventurada provenientes de outros orbes e todos conviveriam na mais maravilhosa união e amizade (1957: 6-7). [sem grifo no original]

D. Antonio argumentava que, se a Redenção tem força de projeção infinita, também outros mundos com outros habitantes poderiam ter recebido a mensagem salvífica e a possibilidade de partilhar da bem-aventurança da Jerusalém celeste: a terra, o mar, os astros, o mundo seriam lavados nesse rio (isto é, no sangue e na água que brotam da ferida do Cristo) que “teria jorrado nos misteriosos abismos do espaço”. D. Antonio jogou não apenas com a certeza de racionalidades existentes ou pré-existentes em outros orbes, mas, ao unir passado, presente e futuro na perspectiva da salvação, atualizou teológica e discursivamente o drama da Paixão e Morte de Cristo e a Redenção “de todo o universo”.

O que pensar disso? Que leituras fez D. Antonio e que relações construiu? D. Antonio parecia admitir a existência de outros planetas habitados por seres que poderiam ter recebido a Revelação e, da mesma forma que os anjos aceitaram ou rejeitaram a salvação, também teriam a possibilidade da “bemaventurança eterna do paraíso celeste” pelos “méritos da Cruz” e sua “força de projeção infinita”. É uma leitura soteriológica que não encontramos em outros prelados.

Em tese apresentada na Vª. Semana Teológica do Brasil e publicada na REB de junho de 1955, o padre Roberto Roxo⁷ lançou algumas questões: qual a relação entre o mundo material, o cosmos e o sobrenatural, ou, em outras palavras, qual é, na teologia cristã, o lugar para o cosmos? Em que medida o cosmos recebeu os benefícios da Redenção? Amparado em uma investigação estritamente teológica, partiu da teologia paulina⁸, “de exegese difícilíssima”, encontrou argumentos na Patrologia, em Tomás de Aquino, em João Escoto Eriúgena e outros, chegando à conclusão de que homem e cosmos teriam cada um, a seu modo, a Redenção, ou seja, como o homem foi remido, o cosmos também foi remido (1955:347). Roberto Roxo, contemporaneamente à reflexão de D. Antonio, não negou seus argumentos,

⁷ O autor doutorou-se em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Foi professor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção em São Paulo, sendo seu diretor de 1959 a 1964. Foi perito no Concílio Vaticano II e membro da Comissão Teológica do CELAM.

⁸ “A criação espera ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus, pois que toda a criação foi submetida à vaidade, não por própria vontade mas por subordinação a Quem a submeteu, embora com a esperança de que a mesma criação será libertada da escravidão da corrupção e admitida na liberdade da glória dos filhos de Deus. Sabemos, com efeito, que toda a criação geme e está como em dores de parto até o presente (Rom 8, 19-22)”.

mas publicizou, de forma cautelosa e institucional, os questionamentos que atravessavam a década de 1950 e que pediam à Igreja um posicionamento em relação ao problema da cientificidade e as condenações ainda em vigor. Sem entrar no mérito de sua tese, é significativa a sincronia entre as inquietações de ambos no mesmo contexto.

Num momento em que Teilhard de Chardin fora silenciado e a criação do mundo era entendida como obra exclusiva e direta de Deus⁹, D. Antonio manteve a rejeição à teoria evolucionista¹⁰, elaborando assim a idéia de vida extraterrestre dentro da perspectiva cristã do período: se Deus, pela mesma intenção, gerou todo o Universo e colocou a Terra em condições de ser habitada por seres por Ele criados e dotados de racionalidade, por Sua vontade isso também poderia ter acontecido em outros espaços que não os da Terra, com outros habitantes, “além dos Anjos e dos Homens”, candidatos à “Pátria bemaventurada”, tanto no passado quanto no futuro.

Existe também a possibilidade de uma sutil menção ao contexto da guerra fria¹¹, das corridas armamentista e espacial, temas bastante explorados pela imprensa e pela indústria cinematográfica no período¹². No pós-guerra, atravessado por inseguranças políticas e

⁹ Segundo Zilles, até o Vaticano II, na Igreja católica, predominava uma visão estática do mundo. Quando o jesuíta Teilhard de Chardin (1881-1955) apresentou uma visão dinâmico-evolutiva do mundo, foi proibido de publicar suas obras durante a vida e, ainda em vésperas do Concílio, o Vaticano publicou um *monitum* (advertência) restringindo o acesso dos seminaristas à leitura das mesmas. A partir de uma interpretação literal fundamentalista da Gênese, defendia-se um criacionismo inconsistente como única alternativa para o evolucionismo. Quando estudante, na década de 1950, Zilles relata que nas aulas de apologética, perguntava-se “Quem tem razão: Moisés ou Charles Darwin?” Diz o autor: “Tratavam-se as duas questões como inconciliáveis, porque somente se admitia a intervenção direta de Deus. Defendia-se o conceito de criação com argumentos metafísicos: o efeito não pode ser maior que a causa. Ora, se houvesse evolução de um pré-hominóide para o homem, o efeito seria maior que a causa, como se Deus, agindo através de sua obra, deixasse de ser a causa última. Não se percebia que a alternativa ‘criação ou evolução’ era falsa, que o conceito científico de evolução pressupõe o conceito teológico de criação (ZILLES, 2005: 697)”.

¹⁰ Tanto o espiritismo quanto o evolucionismo são colocados por D. Antonio como equivalentes na negação das verdades do cristianismo. Na carta pastoral de 1932 assim se pronunciou: “*Do evolucionismo e da metempsicose procede, como de sua fonte, a negação de muitas outras verdades fundamentais do cristianismo: (...) não há criação do homem, [...] não há Céu, nem Inferno (1932:19)*”.

¹¹ Essa expressão foi utilizada pela primeira vez em 1947 para marcar a existência de uma guerra não declarada entre Estados Unidos e União Soviética e que se estendeu, aproximadamente, de 1947 até a desagregação do mundo soviético. Posteriormente nomeou um conflito mais amplo que envolveu os blocos ocidental e soviético (MUNHOZ, 2000: 218-219).

¹² No ano de 1947 foi divulgado o primeiro relato oficial sobre a presença de objetos voadores não-identificados nas cercanias do Monte Rainier, em Washington, testemunhada pelo piloto Kenneth Arnold. No mesmo ano, em Roswell (Novo México), noticiou-se a possível queda de uma nave extraterrestre, caso até hoje não desvendado. A década de 1950 popularizou o tema e muitos filmes memoráveis foram feitos como *A Guerra dos Mundos* (1953), de Orson Welles, e *Vampiros de Almas* (1956), de Don Siegel. Em ambos, os extraterrestres são apresentados como seres perigosos e amorais, que colocaram em risco a vida sobre a Terra. D. Antonio não deveria ignorar a existência dessas produções, bastante divulgadas no período e que foram assistidas nos diversos cinemas da cidade. Não era esse o perfil dos habitantes de outros mundos concebido

econômicas, sociais e religiosas, terrestres e espaciais, D. Antonio subliminarmente propôs a paz e a boa convivência entre os “diferentes” que, irmanados em Jesus Cristo, desfrutariam do céu como “num jardim de muitas e indizíveis delícias (1957:11)”, em uma “nobilíssima convivência de tantos celícolas, tão amáveis pelos encantos de sua bondade e tão admiráveis pelos esplendores de sua glória (1957:7)”.

A cidadania celestial passou pela interpretação do Apocalipse de S. João, “a cidade de ouro puro, semelhante a um vidro claro (Ap. 21)”, onde seus habitantes são todos “cidadãos de uma mesma cidade, todos concordes e unânimes, todos regidos pela mesma lei do amor e da amizade”. Outro motivo de denominar-se *cidade* ao reino dos céus é a absoluta liberdade de seus habitantes: embora servindo ao Rei supremo, exatamente por isso são livres, pois já não podem mais pecar, como observava Santo Agostinho. Este é recuperado na comparação entre duas cidades, Babilônia, a cidade dos escravos do demônio, e Jerusalém, a futura cidade celeste, onde habitarão os que rejeitaram a Babilônia terrestre.

Embora D. Antonio entendesse que a única e definitiva pátria era o céu, sua perspectiva político-temporal compunha, no nível discursivo, com elementos que permeavam o imaginário paranaense no período: o nacionalismo e o anticomunismo¹³. Esses componentes autoritários estão presentes e circulam no imaginário social brasileiro e, quando vinculados à realidade paranaense da década de 1950, configuraram solo fértil para a aceitação dessa tendência (SVARÇA; CIDADE, 1989: 191). Ao atacar “as calamidades que nos ameaçam”, defendendo a Pátria celestial nas vivências terrestres, D. Antonio tramou nexos de sentido, perceptíveis na análise da lógica de sua produção discursiva. Sob uma aparência piedosa, apolítica e pouco vinculada às questões do tempo, sua escritura expressou, da primeira à última linha, confiança e fidelidade a uma comunidade de sentido e de sentimento, a Igreja.

pelo bispo: talvez por pressupor sua existência e relacioná-la à criação de Deus, sua escritura amenizou a versão cinematográfica.

¹³ O eleitorado brasileiro elegeu, em 3 de outubro de 1955 e pelo voto direto, o novo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, mas no Paraná venceu Adhemar de Barros. Em Curitiba, Ponta Grossa e outras cidades do interior o candidato mais votado foi Plínio Salgado, e Moysés Lupion (PSD, PDC, PTN) retornou ao governo estadual. Passadas as eleições, o jornal local teceu elogios às vitórias do prefeito José Hoffmann e do governador Lupion e apenas citou o resultado favorável a Plínio Salgado. A reação de outros periódicos paranaenses foi diferente, como o editorial de 18 de outubro de 1955 de O Estado do Paraná: “[...] durante longos anos estaremos cobertos de ridículo por termos sido a unidade brasileira onde o Integralismo obteve a melhor colocação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica.** São Paulo: Paulinas, 1986.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas.** São Paulo: EDUSP, 1998.
- CÂMARA, J. B. Não transigir! **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis: Vozes, n. 9 (2), jun. 1949.
- CAMPOS, N. **Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja católica no Paraná: 1926-1938.** Curitiba: UFPR, 2002 – Dissertação (Mestrado em Educação).
- CARTA PASTORAL. D. Antônio Mazzarotto. **A Nossa Pátria.** Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957
- _____. **A Magia Espiritica.** Curitiba: Oficinas Graphics da “A Cruzada”, 1932.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **A invenção do cotidiano 1. artes de fazer.** Petrópolis; Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, S. J. (org.). **Fronteiras do milênio.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- DOSSE, F. **A História.** Bauru: EDUSC, 2003.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- KUNHAVALIK, J. P. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, R. C. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980.** Curitiba, SETI, 2004.
- LONDOÑO, F. T. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. **História: Questões e Debates.** Curitiba: UFPR, v. 19, n. 36, pp.161-181, jan./jun. 2002
- MONTENEGRO, A. T. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: PUCRS, v. XXXII, n. 1, pp. 37-62, jun. de 2006.
- MUNHOZ, S. Guerra Fria. In: SILVA, F. C.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000,
- ROXO, R. M. A Redenção Cósmica. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis: Vozes, vol. 15, fasc. 2, pp. 335-348, jun. 1955.
- SILVA, E. A. **Identidades franciscanas no Brasil: A Província da Imaculada Conceição - entre a Restauração e o Concílio Vaticano II, v.1 e 2,** Rio de Janeiro: UFF, 2000 – Tese (Doutorado em História).
- SZVARÇA, D.; CIDADE, M. L. 1955: o voto verde em Curitiba. **História: Questões & Debates,** Curitiba: UFPR, 10 (18-19); pp.181-211, jun.-dez.1989.
- ZILLES, U. A Gaudium et Spes e as Ciências (2005). Disponível em revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article, Consultado em 02/12/2008